

Arco Educação S.A.

CNPJ nº 20.023.340/0001-45 - NIRE 35300464281

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 05 de Julho de 2023

1. Data, Hora e Local: ao dia 05 (cinco) de julho de 2023, às 10 horas na sede social das Arco Educação S.A. ("Companhia"), situada na Rua Augusta, 2840, 15º andar, conjunto 152, Consolação, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 01412-100. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme quadro de assinatura ao final da presente ata. **3. Mesa:** Sr. Roberto Rabello Otero; e Sra. Mariana Alves Pacini. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(I)** a realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, no valor total de até R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente) de sua subsidiária integral, Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 06.267.630/0001-03 ("Emissora"), as quais serão objeto de distribuição pública sob rito automático, sob o regime de garantia firme de colocação em relação à totalidade das debêntures, em conformidade com a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **(II)** a prestação de fiança, pela Companhia, no âmbito da Emissão, com a consequente celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito Automático da Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A." entre a Emissora, a Companhia, na qualidade de fiadora e a Vórt Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), na qualidade representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente); **(III)** a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores, para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta ordem do dia, incluindo, mas não se limitando a negociação dos termos e condições e celebração da Escritura de Emissão; e **(IV)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a efetivação das deliberações referentes às matérias indicadas nesta ordem do dia. **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram e aprovaram o quanto se segue: **(I)** Aprovar, nos termos da Cláusula 19, XXIV e XXV do Estatuto Social da Companhia, a realização da Emissão e da Oferta pela Emissora, com prestação de fiança pela Companhia, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições: **i. Registro da Oferta na CVM:** A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis. **ii. Rito de Registro de Distribuição:** A Oferta não está sujeita à análise prévia da CVM e seu registro será obtido de forma automática por se tratar de oferta de Debêntures destinada a Investidores Profissionais, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea "a" da Resolução CVM 160, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo certo que, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 160, para requerimento e concessão do registro automático da Oferta, os seguintes documentos e condições são exigidos: (a) pagamento da taxa de fiscalização; e (b) formulário eletrônico de requerimento da oferta preenchido por meio de sistema de registro disponível na página da CVM na rede mundial de computadores. **(b) Público-alvo:** A Oferta será destinada exclusivamente a Investidores Profissionais referidos no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30" e "Público-Alvo"). **(c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de até R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido). **(d) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única. **(e) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) Debêntures. **(f) Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). **(g) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). **(h) Data de Início de Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira Data de Integralização (conforme será definido na Escritura de Emissão) ("Data de Início da Rentabilidade"). **(i) Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 05 (cinco) anos contados da Data de Emissão. **(j) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfica, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações. **(k) Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. **(l) Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente utilizados para reforço de caixa da Emissora. **(m) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelais ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3") será expedido por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures. **(n) Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** A subscrição das Debêntures deve ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias ("Prazo Máximo de Colocação"), contado da data de divulgação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 48 da Resolução CVM 160 ("Anúncio de Início"). As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures: (i) pelo seu Valor Nominal Unitário na primeira data de integralização ("Data de Integralização") ou (ii) caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira Data de Integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme será definido na Escritura de Emissão) até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 ("Preço de Subscrição"). As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das debêntures integralizadas em uma mesma data. **(o) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. **(p) Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob rito automático, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures, pelos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição. **(q) Distribuição Parcial:** Não será admitida distribuição parcial das Debêntures objeto da Oferta, sendo certo que, findo o Prazo Máximo de Colocação (conforme será definido na Escritura de Emissão) das Debêntures objeto da Oferta sem a distribuição da totalidade das Debêntures junto a Investidores Profissionais, as Debêntures e a Oferta serão canceladas e os valores eventualmente já integralizados pelos Investidores Profissionais serão integralmente restituídos. **(r) Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. **(s) Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração em questão, data de declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, data de eventual amortização extraordinária ou data de um eventual resgate antecipado (*exclusive*), o que ocorrer primeiro. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. **(t) Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão ("Data de Pagamento da Remuneração"), conforme indicado na tabela a ser prevista na Escritura de Emissão. **(u) Amortização do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, será pago anualmente, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês, nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão (cada uma, "Data de Amortização das Debêntures"). **(v) Resgate Antecipado Facultativo:** Sujeito ao atendimento das condições a serem previstas na Escritura de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de qualquer tempo, desde que a Emissora declare ao Agente Fiduciário estar adimplente com suas obrigações, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão por meio de comunicação a ser enviada, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). Em razão do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus ao pagamento (i) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver) (sendo os valores dos itens "(i)", "(ii)" e "(iii)" denominados em conjunto como "Valor de Resgate Facultativo"), e (iv) de prêmio de resgate incidente sobre o Valor de Resgate Facultativo, conforme tabela a ser prevista na Escritura de Emissão, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo") pelo prazo remanescente das Debêntures, calculado conforme descrito na Escritura de Emissão. **(w) Amortização Extraordinária Facultativa:** Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, desde que a Emissora declare ao Agente Fiduciário estar em adimplimento com suas obrigações nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão, por meio de comunicação a ser enviada, nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão, realizar a amortização extraordinária das Debêntures, em qualquer hipótese, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Em razão da Amortização Extraordinária Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento (i) de parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; (ii) da Remuneração total devida na data da Amortização Extraordinária Facultativa, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa; (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver) (sendo os valores dos itens "(i)", "(ii)" e "(iii)" denominados em conjunto como "Valor de Amortização Extraordinária Facultativa"); e (iv) de prêmio de resgate incidente sobre o Valor de Amortização Extraordinária Facultativa, conforme tabela a ser prevista na Escritura de Emissão, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa"), pelo prazo remanescente das Debêntures, calculado conforme descrito na Escritura de Emissão. **(x) Aquisição Facultativa:** Observadas as restrições de negociação e prazo previstos na Resolução CVM 160 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora poderá, a qualquer tempo, nos termos da a serem previstos na Escritura de Emissão, adquirir Debêntures no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 77"): (a) por valor igual ou inferior ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures; ou (b) por valor superior ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo certo que, neste caso, a aquisição facultativa deverá, necessariamente, observar o que será disposto na Escritura de Emissão, devendo, em qualquer um dos casos dos subitens (a) e (b) acima, o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 6º da Resolução CVM 77 ("Aquisição Facultativa"). **(y) Garantia Fidejussória:** A Companhia ou por seus sucessores a qualquer título, garante e responsabiliza-se, na qualidade de Fiadora, devedor solidário junto à Emissora e principal pagador, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias da Emissora ("Obrigações Garantidas"), renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil" e "Garantia Fidejussória"). **(z) Vencimento Antecipado Automático:** Observados os termos da Escritura de Emissão, e prevalecendo, em qualquer caso os termos previstos na Escritura de Emissão, constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão imediatamente exigível à Emissora e à Acionista, conforme o caso, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial ("Evento de Vencimento Antecipado Automático"): **(a)** inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária assumidas pela Emissora e/ou pela Fiadora perante os Debenturistas, decorrente das Debêntures, da Escritura de Emissão de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis do respectivo inadimplemento; **(b)** questionamento judicial ou arbitral, pela Emissora, pela Fiadora e/ou suas controladas e/ou pela Arco Platform Limited, sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída na Ilhas Cayman e/ou empresa que venha a sucedê-la no âmbito da Reorganização Societária Permitida ("Arco Ltd."), sobre a validade, legalidade ou exequibilidade, do todo ou parte da Escritura de Emissão, bem como de quaisquer de seus termos e condições; **(c)** existência de decisão judicial declarando a invalidade, anulação, ineficácia, nulidade ou inexequibilidade, total da Escritura de Emissão e/ou dos respectivos documentos da Oferta, bem como de seus aditamentos e/ou quaisquer de suas obrigações, que não tenha tido seus efeitos revertidos no respectivo prazo legal; **(d)** (i) decretação de falência da Emissora, da Fiadora e/ou Arco Ltd., e/ou suas respectivas sociedades controladas, (ii) pedido de autofalência pela Emissora, pela Fiadora e/ou da International School - International School, Serviços de

Ensino, Treinamento, Editoração Franqueadora S.A. ("Controlada Relevante") e/ou a Arco Ltd., independente do deferimento do respectivo pedido, nos termos da lei vigente; **(iii)** pedido de falência da Emissora, da Fiadora e/ou sua respectiva Controlada Relevante e/ou a Arco Ltd., formulado por terceiros e não elidido no prazo legal, nos termos da lei vigente; **(iv)** pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, da Fiadora e/ou sua respectiva Controlada Relevante e/ou a Arco Ltd., independentemente do deferimento do respectivo pedido, nos termos da lei vigente, ou **(v)** liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora e/ou a Arco Ltd., nos termos da lei vigente; **(e)** transformação da Emissora e/ou da Fiadora em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; **(f)** vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Fiadora, da Emissora e/ou de sua respectiva Controlada Relevante e/ou da Arco Ltd., ainda que na qualidade de garantidores, incluindo, mas não se limitando a, qualquer dívida bancária ou de mercado de capitais local ou internacional, ou de qualquer outra operação de financiamento da qual a Fiadora, a Emissora e/ou sua respectiva Controlada Relevante e/ou a Arco Ltd. sejam devedoras, fiadoras ou coobrigadas, cujo valor, individual ou agregado por sociedade, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; **(g)** descumprimento pela Fiadora, pela Emissora e/ou sua respectiva Controlada Relevante, conforme aplicável, de qualquer decisão ou sentença judicial, administrativa ou arbitral de exigibilidade imediata, à qual não esteja sujeita a recurso com efeito suspensivo, contra a Fiadora, a Emissora e/ou sua respectiva Controlada Relevante, conforme aplicável, cujo valor, individual ou agregado por sociedade, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e/ou que possa causar um Efeito Adverso Relevante; **(h)** cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações (somente na hipótese de incorporação das ações de emissão da Emissora), ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, a Emissora e/ou sua respectiva Controlada Relevante e/ou a Arco Ltd., exceto se (i) previamente autorizado por Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação; e/ou (ii) se respectiva reestruturação societária for realizada entre sociedades controladas da Emissora, da Companhia e/ou da Arco Ltd. ("Reorganização Intragrupo"); e/ou (iii) caso ocorra o fechamento de capital da Arco Ltd. desde que, **cumulativamente** (a) o controle acionário indireto final da Emissora e da Companhia não seja alterado e permaneça com aqueles que, na data de assinatura da Escritura de Emissão, são detentores do poder político da Arco Ltd. ("Fundadores"); e (b) não tenha ingresso de terceiros no capital social da Arco Ltd., exceto pelos Fundos General Atlantic L.P. e/ou Dragonner Investment Group ou por veículos de investimento por eles constituídos em conjunto com os Fundadores; e (c) a empresa que venha a suceder a Arco Ltd. consolide as demonstrações financeiras do grupo, incluindo a Arco Ltd., se aplicável, a Emissora, a Companhia e as suas respectivas controladas; sendo certo que se ocorrer qualquer cisão da Emissora ou da Companhia, a parcela cindida deve responsabilizar-se como principal responsável pelas obrigações assumidas no âmbito da Emissão, solidariamente com a Emissora e a Companhia, conforme o caso, na qualidade de fiadora, mediante a celebração de aditamento a Escritura, na forma do que será previsto na Escritura de Emissão concomitantemente à referida cisão ("Reorganização Societária Permitida"); **(I)** alteração do objeto social previsto no estatuto social da Emissora que modifique as atividades principais atualmente desenvolvidas, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas; **(J)** alteração no controle acionário direto e indireto final da Emissora, da Fiadora e/ou sua respectiva Controlada Relevante, exceto (i) se previamente autorizado por Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, ou **(II)** alteração do controle acionário direto da Emissora e/ou da Companhia no âmbito da Reorganização Societária Permitida; **(K)** realização de redução de capital social da Emissora e/ou da Fiadora, após a primeira Data de Integralização, exceto: **(I)** se previamente autorizado por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação; ou **(II)** para absorção de prejuízos nos termos da lei; **(I)** qualquer forma de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pela Fiadora, das obrigações a serem assumidas na Escritura de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação; **(m)** resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora e/ou da Fiadora, ou distribuição, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, partes beneficiárias ou qualquer outra participação nos lucros, ou ainda a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso haja qualquer descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora e/ou pela Fiadora, nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações, conforme o estatuto social da Emissora e/ou da Fiadora vigente na data de celebração da Escritura de Emissão, que prevê o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado; e **(n)** caso qualquer declaração prestada, pela Emissora e/ou pela Fiadora, em qualquer dos documentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão, conforme aplicável, seja falsa e/ou enganosa na data em que foi prestada. **(aa) Vencimento Antecipado Não Automático:** Observados os termos da Escritura de Emissão, e prevalecendo, em qualquer caso os termos previstos na Escritura de Emissão, constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão ("Evento de Vencimento Antecipado Não Automático"): **(a)** inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão e/ou demais documentos da Emissão, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos contratos ou, em caso de ausência dos referidos prazos de cura, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para as quais o prazo de cura tenha sido expressamente excluído; **(b)** inadimplemento pecuniário, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos contratos ou, em caso de ausência dos referidos prazos de cura, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento, de qualquer dívida e/ou obrigações de natureza financeira, ainda que na qualidade de garantidores, incluindo, mas não se limitando a, qualquer dívida bancária ou de mercado de capitais local ou internacional, ou de qualquer outra operação de financiamento da qual a Fiadora, a Emissora, e/ou a Controlada Relevante sejam devedores, fiadores, da Fiadora, Emissora e/ou da Controlada Relevante, cujo valor, individual ou agregado por sociedade, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas; **(c)** protestos de títulos contra a Fiadora, a Emissora e/ou da Controlada Relevante, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas, exceto se tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o respectivo protesto ou inscrição foi cancelado; **(b)** o protesto ou inscrição tenha comprovadamente sido feito por erro ou má fé de terceiro; ou **(c)** a Fiadora, a Emissora e/ou pelas respectivas controladas estejam tomando as medidas cabíveis para sustar os efeitos de referido protesto ou inscrição e tais medidas consigam suspender os efeitos de referido protesto no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto; **(d)** inclusão em qualquer instrumento jurídico ou estatuto social da Emissora e/ou da Fiadora, de dispositivo que importe em efetivas restrições à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da Escritura de Emissão; **(e)** caso qualquer declaração prestada, pela Emissora e/ou pela Fiadora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não se limitando, a a Escritura de Emissão, conforme aplicável, seja inconsistente, incorreta e/ou insuficiente na data em que foi prestada, de forma comprovadamente material, assim entendido a critério do Agente Fiduciário, representante da comunhão dos Debenturistas; **(f)** venda ou transferência de ativos à terceiros, pela Fiadora, pela Emissora e/ou pela Controlada Relevante, cujo valor, individual ou agregado por sociedade, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas, exceto se em decorrência de uma Reorganização Intragrupo; **(g)** constituição de hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, sobre os ativos da Emissora e/ou da Fiadora, exceto, (a) por ônus ou gravames constituídos em decorrência de exigência legal ou determinação de autoridade competente, tais como tributários, comerciais ou outros similares; ou (b) por ônus ou gravames constituídos no âmbito de processos judiciais; **(c)** por ônus ou gravames constituídos no âmbito de operações entre empresas do grupo econômico da Emissora; **(h)** desapropriação, confisco, arresto, sequestro, penhora ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Fiadora, pela Emissora e/ou pela Controlada Relevante, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de seus respectivos ativos, no caso da Fiadora, da Emissora e/ou pela Controlada Relevante cujo valor, individual ou agregado por companhia, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado ou revertido dentro de até 20 (vinte) dias contados do respectivo evento; **(I)** violação pela Emissora e/ou pela Fiadora, por suas respectivas controladas, controladores, coligadas, por seus administradores, empregados, representantes, contratados ou subcontratados, acionistas diretas e quaisquer sociedades integrantes do seu grupo econômico e seus respectivos diretores, membros de conselho de administração, conforme aplicável desde que, em qualquer caso, sempre agindo comprovadamente em nome da Emissora e/ou da Fiadora ("Partes Relacionadas") (i) das Leis Anticorrupção (conforme definido abaixo) e/ou da Legislação de Proteção Social; (ii) de Legislação Socioambiental (conforme definidos abaixo), cujo descumprimento possa causar um Efeito Adverso Relevante; e (iii) de qualquer normas que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, bem como acerca de lavagem de dinheiro, sob qualquer jurisdição, incluindo, mas não se limitando; **(J)** se a Emissora e/ou a Fiadora deixarem de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM; **(K)** interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e/ou da Fiadora por período superior a 30 (trinta) dias, que possa causar um Efeito Adverso Relevante; **(I)** caso (i) a Arco Ltd. receba uma notificação para pagamento; e/ou (ii) receba qualquer outra chamada de pagamento, em virtude de inadimplemento; e/ou, ainda; **(iii)** seja feito qualquer pagamento, exceto pelos pagamentos periódicos de juros, conforme aplicável, todos itens acima no âmbito do *Convertible Notes* antes de 15 de novembro de 2028. Nesta hipótese, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário em até 02 (dois) Dias Úteis do respectivo evento, a este respeito, e convocar no mesmo prazo, Assembleia Geral de Debenturistas; **(m)** descumprimento, pela Arco Ltd. do índice financeiro obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado (conforme definidos na Escritura de Emissão) ("Índice Financeiro"), que será acompanhado pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas consolidadas da Arco Ltd. por um auditor independente dentre Ernst & Young (EY) ou Deloitte ou PricewaterhouseCoopers (PwC) ou KPMG, preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a ela na data de emissão das demonstrações financeiras, baseadas nos últimos 12 (doze) meses, sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; ou **(n)** descumprimento, pela pessoa jurídica que venha substituir a Arco Ltd. no âmbito da Reorganização Societária Permitida, observado disposto na Escritura de Emissão, do índice financeiro obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado (conforme será definido na Escritura de Emissão) ("Índice Financeiro"), que será acompanhado pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas consolidadas da Arco Ltd. por um auditor independente dentre Ernst & Young (EY) ou Deloitte ou PricewaterhouseCoopers (PwC) ou KPMG, preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a ela na data de emissão das demonstrações financeiras, baseadas nos últimos 12 (doze) meses, sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **(bb) Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, serão realizados (i) pela Emissora, no que se refere a pagamentos referentes ao saldo do Valor Nominal Unitário, à Remuneração, aos prêmios de Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3, ou **(ii)** pela Emissora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso. **(cc) Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado e/ou domingo. **(dd) Repactuação Programada:** Não haverá repactuação programada. **(ee) Classificação de Risco:** Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures. **(ff) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos da Emissão e da Oferta Restrita, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(I)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(II)** multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios"). **(gg) Demais condições:** Todas as demais condições e regras específicas a respeito da Emissão de Debêntures deverão ser tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão. **(II)** a outorga de garantia fidejussória em forma de fiança ("Fiança") pela Companhia, em caráter irrevogável e irretirável, na condição de fiadora e principal pagadora, em garantia de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora no âmbito das Debêntures, estando a Companhia autorizada a renunciar aos benefícios de ordem, direitos e facilidades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 130 e 794 do Código de Processo Civil; **(III)** autorizar a diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores, a praticar(em) todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações desta reunião, incluindo, mas não se limitando à negociação dos termos e condições e celebração da Escritura de Emissão; e **(IV)** ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a efetivação das deliberações desta reunião. **6. Encerramento:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e unanimemente aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Roberto Rabello Otero; e Secretária Mariana Alves Pacini. Conselheiros Presentes: Ari de Sá Cavalcante Neto, João Marcos da Cunha Silva, Renata Ferraz Toledo de Machado e Roberto Rabello Otero. **Confere com Original Lavrado em Livro Próprio.** São Paulo, 05 de julho de 2023. **Mesa:** Roberto Rabello Otero - Presidente; Mariana Alves Pacini - Secretária. **JUCESP** nº 282.457/23-9 em 13/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

